

Ata da Vigésimo Sétima Reunião
Ordinária do Primeiro Período Or-
dinária, do ano de mil e novecentos
e oitenta e oito (1988), realizada no
dia nove de junho do ano em curso.

No dezessete horas do dia nove de junho do ano
de mil e novecentos e oitenta e oito (1988), sob a presidência do Vereador Gi-
nes Berra de Albuquerque e, com a ocupação da primeira e segunda secreta-
rias pelos Vereadores Octávio Raja Gabaglia e Omair Condeiro Moraes, reu-
niu-se a Câmara Municipal de Cabo Frio ordinariamente. Além desses,
não compareceram a chamada nominal os seguintes Vereadores: Aristarco Vi-
ciol de Oliveira, Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Dinley Pereira da Silva,
Eronides da Silva Santos, Geraldino Santos Neves, Mauro José de Aguiar,
Sílvia dos Santos Liqueiro Silva e Sargiani Corrêa de Souza. Havendo número
regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente reunião em nome
de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Vigésima
Sexta Reunião Ordinária e Ata da Décima Quarta Reunião Extraordinária re-
alizada no dia sete de junho do ano em curso. Logo após, o Senhor Presiden-
te determinou a leitura do Expediente, que consistiu da seguinte Indicação
nº 59/88, de autoria do edil Omair Condeiro Moraes, dispôs sobre envio de expe-
diente ao Senhor Prefeito Municipal, solicitando calçamento para a Rua José
Cupertino de Santana, 1º Distrito deste Município. Indicação nº 61/88, dis-
pôs sobre envio de Expediente ao Senhor Prefeito Municipal, solicitando
que o mesmo tome medidas necessárias para iluminação pública na Rua
Professora Maria do Glória Trindade Marques, a Rua do Colégio Edilson
Duarte, no Bairro Jardim Caçara, 1º Distrito de Cabo Frio. Indicação nº
62/88, de autoria do edil Omair Condeiro Moraes, dispôs sobre envio de expe-
diente ao Senhor Prefeito Municipal, solicitando manifestamente de águas plu-
viais, para a Rua Algeal dos Santos, no Bairro Jardim Caçara, 1º Distrito de
Cabo Frio. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente, transpor-
tou os trabalhos ao regimento dedicado aos Vereadores Inocentes. Siguiu-se a
falare e Vereador Geraldino Santos Neves, iniciando sua fala, parabenizou a
indicação do nome do médico Celso Guimarães para ocupar a Chefia da Perícia
médica da Previdência Social em Cabo Frio, acreditando que com a nomeação

de e competência do novel enculpado por certo, os regulados leriam um
 um atendimento digno da condição humana. Solicitou ao Prefeito Blair
 Corrêa que atendesse a Indicação do Senador Mauro Jesé de Agueda, de
 fomentando o cumprimento de plantão através de farmácias e drogarias
 de Cabo São, pelo alcance da propensão. Falou a seguir, que existiam becos
 na cidade, dando conta de que o Advogado do Auto Vição Solimena na ação
 contra o Lei de autoria do Senador Octávio Rago Bobaglia, concedendo trans-
 porte gratuito a estudantes do 1º grau, neto primo de Senador-autor, e
 que motivou aparte do mesmo contentando tais informações, e em segui-
 da o Senador Geraldino Sábios Neves encerrou sua fala. Logo após, e-
 cupou a tribuna o Senador Octávio Rago Bobaglia, iniciando sua fala, a
 pôs um mês e dia de licença sem remuneração, voltava a Casa motiva-
 do e até com certa vaidade, mas que fero surpreendida com uma situação
 no seu entender, no mínimo exótica, na qual talvez, a de que as estu-
 dantes mãe haviam sido beneficiadas com o transporte gratuito porque o
 advogado do Solimena era seu primo. Disse que por mais que tentasse
 vatejar, entender que alguém pudesse se utilizar de argumentos tão bai-
 xos com objetivos políticos, não é atingindo, mas sim a Casa, que aprova-
 ra por unanimidade a lei do transporte gratuito para estudantes. Disse que
 gostaria contar do que fizera no exterior e do que vivia do que poderia en-
 tar ocorrendo em Cabo São. Disse que fora convidado para ir a Londres
 no dia 29 de abril, para apresentar aos Bancos ingleses, um Projeto de aplicação
 de convenção direta de dívidas no Município de Cabo São, no primeiro Dis-
 trito, firmando para que não se dissesse que tudo era feito por Bizias. Dis-
 se que através do convenção direta, sem os bilões que normalizavam o pro-
 cesso havia a injerção direta de cerca de dez milhões de dólares no Muni-
 cípio de Cabo São, na área de turismo, o que era de grande importância, até
 mesmo pela geração de empregos. Considerou a receptividade ao Projeto co-
 mo razoável, não podendo ainda se sentir otimista, mas além da possibil-
 dade real da convenção, disse que outras considerações eram importantes,
 a saber: a situação do turismo no exterior, e que era lamentável, e
 mais, que a crença de que Cabo São era conhecido internacionalmente e
 Bizias mais famoso do que Paris, era realmente uma fenda, uma mentira
 como poderia contestar, até com constrangimento, pois estivera com ven-
 dadores profissionais da área de turismo, de diversos países, e que não par-

ven com elevado índice de dinamismo turístico, exalta sobretudo seriedade e pragmatismo, e ainda Projetos e planejamentos. Dentre ser necessária a criação de uma política municipal de turismo, objetivando o crescimento ordenado de Cabo São João adequando-o a sua potencialidade como entância turística. Requisitou recabimento de ofício, em resposta a expediente de sua autoria como Presidente da Comissão de Urban. e Serviços Públicos, oriundo da FEEMA, encaminhado visando preliminar do perfil ambiental do Município de Cabo São João, solicitando a serem subsídios para obtenção do boi de fomento, dentro do padrões técnicos dos mais apurados, afirmando que a FEEMA ou qualquer outro órgão no País fazia um trabalho tão completo em termos de diagnósticos de que acontecia em Cabo São João em termos ambientais no presente, visto ser um processo inédito, creditando o trabalho ao Vereador Aguiar Filho da Rocha, que deu o seu amável auxílio com o maior os problemas ambientais de Cabo São João, e mais, que perfil ambiental de Cabo São João fosse discutido amplamente com todos os segmentos da comunidade, após considerações de ordem técnica encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o Vereador Dinley Pereira da Silva, que após registrar a presença no auditório do Plenário de líderes sindicais, Professores, fazendeiros e Presidentes de entidades comunitárias, abordou discurso profuso em referência anterior através do Vereador Aristarco Acioli de Oliveira, quando o mesmo fazia críticas das mais justas a qualidade dos serviços prestados pela Empresa, mas que o Vereador esqueceu-se de entender os mesmos criticar a Auto Viação Solimera, que vinha prestando péssimos serviços, ameaçando o povo cabofriense, e cobrando tarifas dos mais elevadas, bem que houvesse manifestação do Poder Executivo como instituição concedente. Abordou a realização de ato público e não realizado no dia 10 de junho em protesto ao atentado sofrido pelo líder rural Sebastião Bon, mais uma vítima dos golpistas, e da injustiça que se praticava no Brasil, corroborada por uma Assembleia Constituinte a serviço dos poderosos e em detrimento de milhões de trabalhadores, ao descartar a Reforma Agrária, carro-chefe do PLB, do Dr. Wilson Guimarães, que agora permitia que tais atentados contra o trabalhador rural continuassem sob o manto da impunidade. Dentre que convocava toda população para estar presente no Ato Público para demonstrar o repúdio a tal equívoco. Falou do valor de Sebastião Bon, do seu idealismo, e ainda, que por ser fazendeiro e tendo pais lavrados não, convivera com o grande líder, e podia avaliar a dor dos que dependiam

do campo, da terra para sobreviverem e mais, era necessário que a Casa reconhecesse o mérito de Sebastião Bon, encaminhando uma proposta ao Senhor Prefeito Municipal, concedendo pensão vitalícia para a viúva de Sebastião Bon, solicitando ainda o apoio da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, encerrando sua fala. Em seguida, ocupou a tribuna o Deputado dos Aíres Benva do Siquiorioré, visto os acontecimentos ocorridos no Município, com o atentado a Sebastião Bon, líder rural, não podia deixar de fazer uso da palavra, embora seu estado de saúde não permitisse grandes esforços. Considerou a proposta do Senador Dirley Pereira da Silva, quanto a concessão de pensão vitalícia a viúva do grande líder dos Lavadeiros, disse que a mesma era meritória, mas que o Senador Walter de Souza Teixeira, também homem notável, já levou tal idéia ao Prefeito Alair Corrêa, e que não tirava o mérito da proposição do Senador Dirley Pereira da Silva. Disse que aplaudia o povo de Jardim Esperança, pela construção do Hospital da localidade, por iniciativa do Prefeito Alair Corrêa, e que seria concluído até o final do mandato do Prefeito, e que era motivo de contentamento para todos. Quanto ao atentado a Sebastião Bon, drama vivido intensamente pela população, disse que a Câmara estava com a dor com o revolta dos companheiros do líder, cedera todas as instalações do Legislativo inclusive toda a parte administrativa para estruturar o movimento de repúdio a agressão, mas que esperava, não houvesse co-partidária, que os líderes do movimento tivessem apenas o espírito de justiça para com a sofrida comunidade rural de Cabeirão. Abordou prospecta distribuído com relação ao fato e que para sua surpresa, entre tantas vigias fora omitida a do PUD, partido que tanto lutava pelo restabelecimento das prerrogativas democráticas, pela justiça e dignidade humana. Quanto a não inclusão do Senador Antenor Ocidi de Oliveira, em algumas das Comissões do movimento, como Presidente do PUD, disse que o Senador durante todo o seu mandato marcava sua atuação pela defesa do Reforma Agrário e ainda pelo drama vivido pelos Lavadeiros de Cabeirão, e que assim sendo, podia lembrar também o tempo de estudante do Senador Antenor, muitas vezes preso por protestar contra o arbítrio policial, em defesa das causas populares, que estava configurado no enforcamento ou uma injustiça para com o bravo configurado digo bravo companheiro, que também comungava dos mesmos ideais de Sebastião Bon, e mais, que não podia admitir a omissão de

do nome do PMSB. Considerou que acima de tudo estava uma luta, que era de todos, e que o mantírio de Sebastião Iban, não permitia a prática política, tendo certeza de que os companheiros ali reunidos durante dois dias, repudiavam e com pontamento da Comissão que omitira o PMSB, encerrando sua fala. Em seguida ocupou o tribuna o Senador Virgínia Corrêa de Souza, iniciando sua fala dizendo que com o certeza das eleições para novembro de 1988, recrudesciam no Município, em todos os seus segmentos, comentários debochados contra o atual Páramo de Senadores de Cabo Frio, mas que tais comentários ofensivos podia partir de aqueles que desejavam o todo cinto uma representação no Conselho Legislativo de Cabo Frio. Disse que via com certa apreensão, partidos políticos lançarem na legenda, cerca de cinquenta e um (51) candidatos o Senador, da mesma forma como lhe causava estranheza constatar que determinados elementos que nunca haviam feito nada por suas comunidades lançarem-se como líderes e ansiosos tentarem remobilizar e eleitor. Disse também que tais pessoas, completamente afastadas dos problemas comunitários, ignoravam por completo não apenas a vida legislativa, mas também desconheciam seus reais ônus, os sacrifícios arduos pela classe política municipal e ainda o trabalho desenvolvido por todos. Considerou democrático o direito o cargo eletivo, mas tais manifestações representavam apenas eflúvios de vaidades vaidades e aventuras incompreendidas pois não tinham a exata dimensão da atividade política e muito menos possuíam vocação para exercer. Disse que realmente estava fazendo um auto elogio, ou popularmente "purando o brasa para sua vindicta" mas não podia deixar de registrar a sua vivência no contato com as mais legítimas causas populares, de seu relacionamento com políticos ilustres e idealistas, e que considerava um patrimônio que lhe era muito caro, qual fosse o insusceptível acervo de benesses prestadas ao Município ao longo de tantos e nefastos anos. Relatou o seu entrelaçamento com a população do Porto do Paraisópolis, por ocasião do Arrolal de Cabo Frio, casara-se com uma moça filha de tradicional família, cujo pai, Damiano Resto, homem de caráter e de vivência política, embora não fosse militante, sempre esteve na vanguarda das lutas em defesa de sua gente, e que assim sendo, com vinte e cinco anos de residência no Bairro, podia se orgulhar de sua atividade política e comunitária, e que esta vivência, esta luta, tais sentimentos haviam sido reflexo nos urnas de novembro de 1988, quando fora eleito Senador por desejo do povo de Pontalena. Fez comentários sobre

o surgimento de cerca de oito candidatos a Senador em Ponta do Corno, nenhum deles podia afirmar em praça pública que possuía um cartel como o do Virgílio Correia, reafirmando um verdadeiro patriotismo junto a comunidade. Quanto ao PFL, disse que o Deputado Sivo Paldanha, seu líder era quem mais engamou aos candidatos o candidato e o povo, administrando uma política que ia desde a distribuição de alimentos até mesmo a remédios controlados, usando para tais fins verba federal e assim iludindo nos vários candidatos, evidentemente boas pessoas, mesmo iludidas em sua boa fé. Disse também que nas localidades vizinhas a Ponta do Corno, como Jacaré, se apresentavam mais de dez candidatos, desconfiando tais pessoas, que o Bairro fora criado pela coragem de uma peçonha, lembrando a "affair" com a família de Paulo Silva, com ameaças de despejo e de sua luta junto com uma amiga, advogada, impedindo que tal drama se intocasse. Hoje o Jacaré era um Bairro em consolidação, abrigando centenas de famílias, onde também exercia grande atividade face os problemas sociais existentes. Lembrando que o tempo fosse encargo para notatar vinte e cinco anos de atividade política, e atendendo ao Presidente em exercício, Senador Amion Carneiro Mourão, encerrou sua fala em seguida, ocupou o tribuna o Senador Gustavo Lech de Oliveira, iniciando sua fala, disse que ao decorrer daquela reunião um Senador que não parecia brasileiro, tentava colocar em sua boca afirmações que não fizera, quando se discutia o estado das estradas vicinais do Cabo Itú, talvez como forma de justificar sua ausência no Bairro da Urugá, local onde nasceu o Senador a que se referia, lamentando que em oportunidade tão néria, quando o povo vivia o drama do atentado contra Sebastião Bon, ocorrerem comentários de teor irônico e malicioso. Abordando ainda o atentado contra o líder dos trabalhadores rurais de Cabo Itú, disse que desde a primeira hora, o PMDB se mobilizava enviando expedientes a todas as autoridades, tanto estaduais e federais solicitando emergências proibitivas. Quanto a pensão vitalícia para a viúva de Sebastião Bon, disse que fora a posição primeira do Partido, pela unanimidade de Dinelório e da Banca do no Câmara. Ponderou sobre a exclusão do sigilo do PMDB, no plefeto distribuído, convocando o povo a participar do ato público em repúdio ao atentado contra Sebastião Bon, disse que não podia estranhar, pois era quase como se os elementos sigmatícos ou que tivessem nomes, incluídos tivessem concordado com o rotundo do próprio Brasil democrático, uma nação

que me presente, permitia que o povo pudesse reunir-se, protestar publicamente
uma Nação renhada pelo PMDB de tantas lutas, em favor do povo brasileiro e
que havia vivido um Governo ditatorial, embora houvesse muito coisa a ser a-
perfeiçoada. Falou da nova Carta Constitucional, lembrando que o seu texto reflete
o próprio programa do PMDB, lembrando que tivesse ocorrido e que podia
ser resolvido como traição de um grupo denominado "esquina", formado por
elementos eguerrros do mesmo partido do seu companheiro Senador "europau"
na Câmara Cabofriense. Encerrando sua fala, disse que deixava registado e
lamento por não haver sido compreendido, quando denunciava o trabalho enca-
vo na região rural, lembrando também a participação do Senador Osmar Corde-
iro Mendes, em inúmeros combates realizados no Uruguá em Campos Novos, nos diver-
sos protestos encaminhados às autoridades, e que infelizmente tais manifesta-
ções não haviam encontrado eco, pois no as autoridades tiveram a ideia de acor-
do com as denúncias do PMDB de Cabo Frio, talvez o mantinido de debilitado
bon e de tantos outros pudesse ser evitado. Não havendo mais oradores inscri-
tos, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao regimento dedicado à
ORDEM DO DIA que consistiu da seguinte: Aprovadas as Indicações nºs
59, 61 e 62/88 de autoria do edil Osmar Cordeiro de Mendes. Nada mais havendo
a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião em nome de
Deus. E, para semntar, mandou que se lêsse em ato a Ata que depois de lida,
pubmetida à apreciação plenária, aprovada, porá assinada, para que produ-
za os seus efeitos legais.

Sinal Belza de Figueiredo
Osmar Cordeiro Mendes

Ata da Vigésima Quinta Reunião Ordinária
do Primeiro Período Ordinário, do ano de
mil e novecentos e oitenta e oito (1988)
realizada no dia quatorze de junho do
ano em curso.

As doze horas e trinta e duas minutos do dia quatorze de junho
do ano de mil e novecentos e oitenta e oito (1988), sob a presidência de